

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.649.855 - RJ (2017/0016420-5)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : AUSTRAL PARTICIPACOES EM RESSEGURADORAS S/A  
**ADVOGADOS** : RUBENS JOSE NOVAKOSKI F VELLOZA - SP110862  
LUIZ EDUARDO DE CASTILHO GIROTTI - SP124071  
JULIANA DA CONCEIÇÃO GOMES E OUTRO(S) - RJ134613  
**RECORRIDO** : FAZENDA NACIONAL

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por AUSTRAL PARTICIPAÇÕES EM RESSEGURADORAS S/A, em 23/10/2013, mediante o qual se impugna acórdão, proferido do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. PIS E COFINS. LC 118/2005. ART. 3º, §1º, DA LEI Nº 9.718/98. INCONSTITUCIONALIDADE. PESSOA JURÍDICA ENQUADRADA NO REGIME DE NÃO-CUMULATIVIDADE. SOCIEDADE DE RESSEGUROS.

1. O § 1º do art. 3º da lei nº 9718/98, que alterou a base de cálculo da COFINS e do PIS, foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

2. A sociedade autora deve recolher o PIS e a Cofins incidentes sobre seu faturamento, este entendido como a receita bruta oriunda do desenvolvimento de suas atividades típicas. Apenas a eventual incidência dessas contribuições sobre receitas não-operacionais é que será indevida.

3. Apelação da Fazenda Nacional parcialmente provida" (fl. 428e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 452/466e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, manejado com apoio na alínea **a** do permissivo constitucional, ofensa aos arts. 535, II, do CPC/73 e 3º, **caput**, da Lei 9.718/98.

Sustenta, a parte recorrente, em breve síntese, o seguinte:

"21. Segundo o v. aresto ora vergastado, malgrado a inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98 – que pretendeu equiparar o faturamento à totalidade das receitas do contribuinte – permanece obrigatório o pagamento da PIS e da COFINS com base na receita bruta que seria a contrapartida do exercício das atividades empresariais típicas da pessoa jurídica.

22. Entrementes, malgrado o entendimento do acórdão recorrido, o

conceito de faturamento, extraído do Direito Comercial, e cuja abrangência para fins fiscais já foi devidamente delimitada pelo Supremo Tribunal Federal, compreende, tão somente, as receitas auferidas pela pessoa jurídica, cuja origem resida no recebimento de uma contraprestação em operação de troca realizada pela venda de mercadoria e/ou prestação de serviços'.

23. Deveras, diferentemente do apregoadado pelo v. acórdão, o faturamento, compreendido como a receita bruta da venda de mercadorias e prestação de serviços, jamais poderá ser equiparado com as receitas das atividades empresariais típicas, sob pena de ocorrer indevida extensão de seu conceito, em contrariedade com o disposto no art. 3º, 'caput', da Lei nº 9.718/98.

24. Isso porque, há receitas auferidas pela pessoa jurídica que, conquanto inseridas no lucro operacional, não compõem o faturamento, na sua acepção advinda do direito privado. Ora, o lucro operacional da pessoa jurídica é composto por inúmeras outras receitas que não são originadas, especificamente, da comercialização de mercadorias e da prestação de serviços" (fl. 479e).

Aduz-se, ainda, que o acórdão recorrido padeceria de omissão, porquanto se teria equivocado na aplicação de precedente do STF, de modo a considerar como tributável, ao PIS e à COFINS, todas as receitas auferidas com as atividades empresariais da ora recorrente.

Requer-se, por fim, "tendo sido demonstrada a plena subsunção do presente recurso ao disposto na alínea 'a', inciso III, do art. 105 da Constituição Federal, a Recorrente pleiteia que esta Colenda Corte conheça-o e proveja-o para anular o v. aresto em virtude da ofensa ao art. 535, inciso II, do Código de Processo Civil, devolvendo os autos ao Tribunal de origem para análise dos pontos omissos; ou, em assim não procedendo, reforme o v. aresto, tendo em vista as violações incorridas ao art. 3º da Lei nº 9.718/98, assegurando o direito da Recorrente de pagar a contribuição ao PIS e a COFINS apenas sobre as receitas advindas da venda de mercadorias e prestação de serviços, afastando-se sua exigência sobre a totalidade de receitas, em especial as receitas de prêmio e as receitas financeiras, inclusive as oriundas de reservas técnicas" (fl. 503e).

Contrarrazões às fls. 748/763e.

Recurso Especial admitido (fl. 782e).

O presente recurso não merece prosperar.

Não há de se cogitar de omissão, no acórdão recorrido. Dessarte, o que a ora recorrente denomina de omissão consiste, na verdade, em divergência acerca do conteúdo da jurisprudência do STF. Divergência desse tipo justifica, em tese, recurso à superior instância, não Embargos de Declaração.

No mérito propriamente dito, é pacífica a jurisprudência do STJ, na trilha do entendimento exarado pelo Excelso STF, no sentido de que faturamento, para fins de incidência de PIS e COFINS, corresponde ao somatório das receitas auferidas com a atividade empresarial.

Senão, vejamos:

**"TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO PIS. BASE DE CÁLCULO. RECEITA BRUTA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RECEITAS FINANCEIRAS. INCLUSÃO.**

**1. O Supremo Tribunal Federal, há muito, tem pacífico entendimento jurisprudencial segundo o qual a receita bruta ou o faturamento decorre das vendas de mercadorias, de serviços ou de mercadorias e serviços, sendo, pois, o somatório das receitas resultantes das atividades empresariais.**

2. De acordo com esse posicionamento, na base de cálculo da contribuição ao PIS devem ser inseridas as receitas financeiras das atividades desenvolvidas por instituições financeiras, já que fazem parte das receitas oriundas da atividade empresarial.

3. O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal foi, posteriormente, corroborado pelo legislador ordinário, com a edição da Lei n. 12.976/2014, a qual acresceu o inciso IV ao art. 12 do DL n. 1.598/1977, esclarecendo que 'a receita bruta compreende as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica', sendo certo que a referida lei não inovou no ordenamento legal até então vigente, mas tão somente nele inseriu pacífico entendimento jurisprudencial.

4. Hipótese em que o acórdão recorrido está em conformidade com o entendimento do STF.

5. Recurso especial não provido" (STJ, REsp 1.187.726/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 11/09/2018).

**"RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, CPC. TRIBUTÁRIO. PIS E COFINS. VALORES PAGOS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES ÀS EMPRESAS RODOVIÁRIAS QUE SÃO RETIDOS POR ESTAS QUANDO DA VENDA DE PASSAGENS AOS USUÁRIOS**

DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES. CONCEITO DE FATURAMENTO. ART. 3º, DA LEI N. 9.718/98. INCIDÊNCIA.

1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que decide de forma suficientemente fundamentada, não estando obrigada a Corte de Origem a emitir juízo de valor expresso a respeito de todas as teses e dispositivos legais invocados pelas partes.

2. O caso refere-se à incidência das contribuições ao PIS e COFINS sobre os valores pagos pelas empresas de transportes às empresas rodoviárias que são retidos por estas quando da venda de passagens aos usuários dos serviços de transportes.

3. No julgamento do RE 585.235/MG, o Supremo Tribunal Federal apreciou o recurso extraordinário submetido a repercussão geral e definiu que a noção de faturamento deve ser compreendida no sentido estrito de receita bruta das vendas de mercadorias e da prestação de serviços de qualquer natureza, ou seja, a soma das receitas oriundas do exercício das atividades empresariais consoante interpretação dada pelo RE n. 371.258 AgR (Segunda Turma, Rel. Min. Cezar Peluso, julgado em 03.10.2006) e pelo RE n. 400.479-8/RJ (Segunda Turma, Rel. Min. Cezar Peluso, julgado em 10.10.2006).

4. Evidenciam-se duas relações contratuais que envolvem a empresa prestadora de serviços de transporte. Na primeira, ela figura como contratada pelo usuário dos serviços de transporte e, na segunda, ela figura como contratante da empresa rodoviária para efetuar a venda das passagens. Sendo assim, seu faturamento é composto pelo valor integral da venda das passagens, que é a paga pelo primeiro contrato, nele incluído o valor correspondente ao retido pela empresa rodoviária (receita proveniente da prestação de serviços de transporte).

5. Este STJ já julgou, por dois recursos representativos da controvérsia e pela Corte Especial, ser ilegítima a supressão de etapa econômica, mediante contrato, como forma de descaracterizar a obtenção de faturamento, base de cálculo das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS. Seguem os precedentes: REsp. n. 1.141.065/SC, Primeira Seção, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 9/12/2009; REsp. n. 1.339.767/SP, Primeira Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em

26/06/2013; AgRg nos EREsp. n. 529.034/RS, Corte Especial, Rel. Min. José Delgado, julgado em 07.06.2006.

6. O fundamento determinante de todos esses precedentes vinculantes é o de que os contratos firmados pelas pessoas jurídicas contribuintes não podem retirar da base de cálculo das contribuições ao PIS/PASEP e COFINS parcela de seu faturamento ou receita a pretexto de haver retenção desses valores pela outra parte contratante antes do seu ingresso no caixa da empresa contribuinte. Para haver essa exclusão é preciso lei federal específica.

7. O CPC/2015 estabelece em seu art. 926 que é dever dos tribunais uniformizar a sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente. A integridade e coerência da jurisprudência exigem que os efeitos vinculante e persuasivo dos fundamentos determinantes (arts. 489, §1º, V; 927, §1º; 979, §2º; 1.038, §3º) sejam empregados para além dos processos que enfrentam a mesma questão, abarcando também processos que enfrentam questões outras, mas onde os mesmos fundamentos determinantes possam ser aplicados. Tal o caso destes autos.

8. Recurso especial não provido" (STJ, REsp 1.441.457/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/03/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao Recurso Especial.

Sem honorários. Mandado de Segurança.

I.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora